

SANÇÃO ADMINISTRATIVA

Lagoa Santa, 26 de junho de 2018

À Empresa

BH FARMA COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 42.799.163/0001-26

Representante legal: Hélio Alves Rocha

Senhor Representante,

O Município de Lagoa Santa/MG, por intermédio da Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF comunica, pelo presente, aplicação de **Sanção Administrativa** em desfavor da empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA** pelo descumprimento de obrigações assumidas por meio do Pregão Presencial nº 044/2017, Ata de Registros de Preços - ARP nº 033/2017 de acordo com os fatos e fundamentos expostos a seguir.

Considerando Comunicação Interna - CI nº 131/2018/SMS de 13 de março de 2018, que denuncia o descumprimento de cláusula contratual por parte da contratada, no que concerne ao prazo de entrega dos medicamentos constantes na ordem de fornecimento de nº 974.

Considerando que os argumentos elencados na defesa prévia apresentada pela empresa face ao recebimento de Notificação, enviada pela COPECAF, não foram acolhidos pela Secretaria Municipal de Saúde, tendo esta se posicionado pelo prosseguimento do processo punitivo instaurado.

Tendo em vista que a aquisição do medicamento em questão é destinado ao atendimento da população do Sistema Único de Saúde, bem como para atender ordens judiciais e o atraso perfêz um total de 81 (oitenta e um) dias de atraso na entrega dos medicamentos requeridos.

Diante dos fatos e em conformidade com o Processo Interno nº 1690/2018, respaldada na previsão constante na cláusula 30ª da referida ARP, no Decreto Municipal nº 2.260/2012 e na Lei Federal nº 8666/93, a Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores define pela aplicação da sanção de **ADVERTÊNCIA E MULTA**, em desfavor da empresa **BH FARMA COMÉRCIO LTDA**

- **ADVERTÊNCIA**
- **MULTA - R\$ 1.564,80 (Hum mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)**

Havendo interesse em requerer vistas ao processo, faz-se necessário o agendamento, pelo representante legal da empresa, junto à Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores.

Em cumprimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, para apresentação de Recurso Administrativo.

Atenciosamente,

Adriana Souza Batista

Comissão Permanente de Cadastro de Fornecedores - COPECAF